



Entrevista de Jurema Werneck

Concedida a
Ana Carolina
Borges¹, Isabella
Menezes² e Lara
Novis³



Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1986), mestrado em Engenharia de Produção pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia/COPPE/UFRJ (2000) e doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). É uma das fundadoras e coordenadora da ONG Criola. É diretora-executiva da Anistia Internacional. Integra o Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil, o Board of Directors do Global Fund for Women, o Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. Atua principalmente nos temas: mulheres negras, cultura afrobrasileira, antirracismo, saúde da população negra, iniquidades em saúde, políticas públicas para a equidade de gênero e raça.

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.77781>

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: carolina.borges88@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: bella_tm@yahoo.com.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: laranovis@gmail.com

Gostaríamos que você começasse falando um pouco sobre os efeitos da escravidão na nossa sociedade até os dias de hoje.

A experiência da escravidão é uma experiência profunda de ruptura ética e moral. Então, é uma experiência de violência. Os efeitos disso, acho que permanecem por aqui. No Brasil, a violência nas relações sociais, a violência que as pessoas negras experimentam todo dia mesmo tanto tempo depois da escravidão. Acho que esse é o principal efeito. Não falo no sentido de que a desigualdade racial que a gente hoje vive é um efeito da escravidão. A escravidão, de fato, acabou. Então o que a gente vê hoje em dia é que a naturalização da violência nas relações com a população negra faz com que aqueles e aquelas que tem posição de fazer cumprir e realizar efetivamente, no ponto das políticas públicas e das relações sociais, as mudanças que a sociedade decidiu com o fim da escravidão, acabam não fazendo. Acabam achando que a forma que as coisas estão acontecendo, extremamente violentas no cotidiano, é natural. Não é necessário fazer nada mais para eliminar essa presença forte que é a violenta exclusão e segregação da população negra. Acho que é basicamente isso. Se você olha pelo ângulo da violência, você olha para o Brasil de outra forma e vê como essa naturalização, essa invasão, aniquilação, dominação dos corpos negros, foi naturalizado e se manteve mesmo depois que o regime escravista acabou. Mesmo depois da escrita de várias Constituições, mesmo depois da instalação da democracia aqui. Uma Constituição que foi chamada de Cidadã. Mesmo assim, uma Constituição Cidadã, num regime baixa uma Constituição Cidadã, essa violência de dominação permanece, contrariando a própria legislação e o impacto social que essa legislação significa.

Como é para você, mulher negra, estar ocupando o cargo de diretora-executiva, na Anistia Internacional e ser médica, lugares de poder e visibilidade em nossa sociedade. Fale um pouco sobre a questão da representatividade e do “lugar de fala”, assuntos bastante atuais ao tratarmos a questão da mulher negra em seu local de trabalho.

A gente não se acostuma em não ver outras mulheres negras como nossos pares de trabalho. A gente não vê, mas não se acostuma. É a expressão de uma injustiça. Quando você está lá, só você, é uma injustiça profunda. Então isso é uma experiência de violência. E você sendo a única ali, a sua presença, não só porque tem todo mundo do lado de fora, também é anômala. E vai ser vivida assim todo o tempo. Então é exatamente isso. Eu acho que o Brasil é o segundo país com maior população negra no mundo. Tem sido assim: quando eu comecei, quando entrei na faculdade de medicina, eu era a única na turma de oitenta pessoas que passou naquele vestibular, e no primeiro período eram cento e vinte alunos, entre nós que entramos, e quem havia repetido o período. Eu era a única negra. Em toda, toda a faculdade de medicina, durante todo o tempo que passei lá, fomos no máximo três ou quatro estudantes. Então é gritante essa ausência. Nos dois primeiros períodos da faculdade de medicina, eu andava e era parada por pessoas que me perguntavam o que eu estava fazendo ali, em um lugar de estudantes. Ninguém nunca imaginaria que eu estava fazendo ali o que toda e qualquer estudante faz: estudando. Então, é assim. Então essa experiência percorre a trajetória, ainda que nos últimos tempos tenha aumentado, com a

política de ações afirmativas, particularmente as cotas. Aumentou o número de gente na escola de Medicina, por exemplo. Mas não aumentou simplesmente. É uma experiência de conflito, de violência, que entra lá, também é parado, também é xingado, também é tudo o que eu vivi na década de 1980. Não mudou nesse sentido, não melhorou. Melhorou a presença. Todo mundo que poderia, está na faculdade de Medicina? Não, longe disso, mas tem muito mais gente. A mesma coisa aqui: eu sou diretora de uma organização internacional. Não tem um estatuto das organizações internacionais no Brasil, mas temos. São poucas as mulheres que dirigem as organizações internacionais, e eu sou a única negra. É uma presença anômala. Isso é sempre vivido como experiência de violência, de exclusão, de anomalia. Estava conversando com alguém essa semana, que são dois olhares em relação a mim: pensam que cheguei nesse lugar porque devo ser excepcionalmente mais inteligente do que o resto dos negros, que tenho um talento super-humano, o que não é possível, ou que alguma coisa errada aconteceu para eu estar aqui. Acho que tem cada vê mais gente lidando com isso: tem professora na FGV, tem mais gente na universidade, mais professores na universidade. Das universidades privadas não posso fazer uma estatística, mas elas não são tão generosas com a lei antirracismo, né. Mas mesmo nas universidades públicas, mesmo com concursos, não é fácil, porque não são apenas provas escritas. As provas de currículo, as entrevistas, têm sido a última barreira que a lei não conseguiu enfrentar. Mesmo assim tem mais gente. A anistia tem uma visão e um compromisso de inclusão, aqui é mais simples. Não é que seja simples, mas é uma vontade expressa, é uma decisão tomada. Mas, em outros lugares não. E é preciso quem está lá se afirmar nesse lugar todo o tempo. E esses lugares de solidão e de representatividade, toda aquela multidão excluída espera que você os e as represente. É uma dimensão de responsabilidade gigantesca, que dá uma certa honra em ter. Mas ao mesmo tempo é uma experiência de limite. Você não vai, é isso, não tem reparação possível. Botar uma negra, uma única mulher negra, não posição não repara os milhões, os milhares, que estão no lugar de fora. Não repara para toda a sociedade, para a parte branca da sociedade, mas não repara também pros negros e negras que estão sendo excluídos nesse momento.

Conte um pouco da sua trajetória: como você chegou até a Anistia, quais foram suas motivações, os desafios, se já pensou em desistir.

Começando por pensar em desistir: não! Eu sou uma ativista e aqui é o lugar de ativistas. Não tem como, eu não penso em desistir. Esse lugar aqui é um privilégio. Todo mundo que é ativista quer estar no lugar e você é pago para fazer isso. Esse é o melhor dos mundos. Isso não é problema. Eu cheguei nesse escritório aqui há um ano e oito meses, mais ou menos. Esse escritório foi criado há seis anos atrás. E o diretor após cinco anos decidiu sair para outros projetos. Então a Anistia saiu buscando pessoas, anunciou a vaga, e eu não tinha visto, nem estava atenta, nem procurando. Mas além de anunciar a vaga, o conselho da Anistia, seu headhunter, falando com pessoas, buscando determinado perfil para se candidatar para a vaga. E foi assim que uma conselheira daqui, uma mulher negra, Flávia Oliveira, foi meu contato. Ela me chamou - estávamos no mesmo congresso no interior da Bahia – e ela disse que queria falar comigo. Conversamos sobre isso. Eu trabalhava em outra organização de mulheres negras, chamada Criola, da qual sou uma das fundadoras. Estava bem lá, não havia nenhum projeto de mudança em relação aquilo. Então fiz algumas análises, algumas conversas, principalmente com as minhas companheiras lá do Criola, e chegamos à

conclusão de que poderia ser uma ótima oportunidade. Me candidatei à vaga e passei pelo processo de seleção (que é um longo processo de seleção) em inglês, mas estou aqui. Foi isso, não tem mistério. Fora isso, como eu disse, já havia uma decisão anterior da Anistia Brasil, que estava em acordo com a decisão do movimento mundo Anistia de ser mais inclusivo. Então, é isso. Fui convidada, me candidatei, passei e vim. É claro que a minha trajetória começa um pouco antes, porque sou uma senhora. Eu comecei como ativista na infância, na Ditadura. Vocês não sabem, mas durante a Ditadura tinham grêmios estudantis em várias escolas públicas. Eu estudei em escola pública a vida inteira e me envolvi com o grêmio estudantil. Eu não sei direito o que a gente fazia naquele grêmio, já que era sete ou oito anos de idade. Eu me lembro que a gente tinha encontros, íamos para outras escolas, de eu fazendo discurso numa solenidade na escola, mas não guardei muita memória do que era aquilo. Mas me lembro que eu estava envolvida. Lembro da gente fazendo a campanha eleitoral, e como eu desenhava na época, fiquei encarregada de fazer as propagandas na nossa chapa, que se chamava “Novo Rio”. E depois, já no ensino médio não tinha mais nenhuma organização. Tinha aulas de OSPB (Organização Social e Política do Brasil), mas não era para organização estudantil. Depois terminei o ensino médio, fui para a faculdade, e já no primeiro ano passei a integrar também o movimento estudantil. Desde então tenho sido ativista a vida inteira. Primeiro estudantil, depois movimento de mulheres negras, e agora aqui. É isso, não tem mistério.

Você poderia falar mais sobre o surgimento do grupo Criola?

Foi em 1992. Antes de 1992 nós éramos um grupo de mais ou menos quatro mulheres. Algumas de nós trabalhávamos em outra organização, uma organização mista de homens negros e mulheres negras fazendo ações voltadas para mulheres; mas nós já tínhamos, por diferentes razões, interesse em fazer o que a gente fazia, mas numa organização só de mulheres. Então, um dia a gente falou “é agora, vamos fazer, né?”. Convidamos algumas outras e fundamos no dia dois de setembro de mil novecentos e noventa e dois (02/09/1992) essa organização. Era para ser grande ou pequena? Não pensávamos nisso. Era para, basicamente – na época a gente não usava a palavra “empoderamento” – para fortalecer mulheres jovens e meninas negras. Só isso que a gente queria fazer. Acabamos tendo sorte de sobreviver a cada onda negativa que vinha. Porque não é fácil ser ativista. Todo mundo sabe que é sempre difícil lutar contra tanta coisa que você acha que está errada. Mas fazer uma organização com uma estrutura oficial, ONG, é complexo demais. Legislação não é fácil, incentivo não é fácil. Uma organização de mulheres negras não é incentivada, é tudo por nossa conta. Não que não tenhamos tido apoios, projetos financiados... a gente teve. Não muitos. Não muito dinheiro, mas fomos manejando. O fazíamos era baixar nossa expectativa de vida material. Tanto do ponto de vista organizacional quanto do pessoal. Afinal, todas vínhamos de histórias, nossa experiência era de pobreza. Vínhamos todas da favela, do cortiço, então sabíamos como era viver na precariedade, então continuamos vivendo na precariedade como sempre foi. Eu já era médica, então já tinha uma experiência de classe média muito nova na minha vida, que não tinha sido classe média nunca, só depois que me formei, porque salário de médico não era e não é grande coisa, mas sai da pobreza para classe média. E minhas colegas, companheiras de fundação, algumas também tinham passado pela universidade, não todas. Mas as que passaram pela universidade também tinham experiência de classe média, mas aquele tipo de classe média que a

gente é de família negra, que é uma pessoa cujo salário sustenta todo o resto, distribuído. Então a gente se mantém naquela classe média bem baixa, remanejando a precariedade. Não é fácil. Não estou dizendo que a precariedade é divertida - é ruim “à beça” - não ter dinheiro para pagar as coisas. Mas foi fazendo. A gente deu sorte de conseguir, continuar trabalhando a cada onda negativa, a gente conseguia se refazer. Mas foram muitos momentos difíceis. Teve momento, por exemplo, que Criola não tinha um centavo para absolutamente nada. Depois a gente conseguiu comprar uma sala. A sede da Criola é uma sala. Pequena, mas própria. Mas a perspectiva, igual a qualquer família pobre: luta para ter uma casa. O resto a gente dá conta depois. Então a gente fez toda essa movimentação para ter uma casa, e depois daria conta. Então a gente só tinha uma casa. E quando a gente, em várias dessas crises em que só tinha a casa, mas não tinha dinheiro para pagar a conta da luz, condomínio, de nada, ou para fazer alguma ação que precisasse comprar papel, a gente contava com a doação de outras mulheres negras, igualmente pobres. Então como elas doavam? Uma fez uns caldos, caldo de legumes, caldo “de não sei o que”, vendo os caldos e o dinheiro nos deu. Outra fabricava bijuteria, vendeu e nos deu. Foi assim. Assim pagávamos uma conta, outra, até superar aquela crise. Então vinha outra crise, e de novo... Foi mais um empreendimento de mulheres negras, as que fundaram, as que trabalharam, as que seguem lá e de várias outras que foram fazendo as coisas por nós ou dando algum tipo de incentivo ou investimento. É por isso que ela dura vinte e seis anos. Foi assim. Não tem nada de diferente das trajetórias das mulheres negras por aí. Ter organização de mulheres negras não é uma novidade no Brasil, sempre houve. Desde o regime da escravidão, até agora. E elas sempre se mantiveram com investimento pessoal de outras mulheres. A gente vê até hoje gente, no recôncavo da Bahia, a Boa Morte, a sociedade brasileira negra, e ela vem desde a época do regime da escravidão. Quando o regime da escravidão acabou, deixaram registro, logo no pós-abolição, em 1906, 1908, registro de sociedades de organização de mulheres negras de norte a sul. Elas não foram fundadas porque a escravidão acabou. Provavelmente eram continuidade das movimentações que tinham antes. Então para nós era natural ter uma organização de mulheres negras. Mas também não era incomum ter tanta dificuldade para mantê-la viva.

Nossa pergunta agora é sobre o “saber comunitário”, das associações de mulheres negras que se ajudam, compartilham saberes, cuidado... fale-nos um pouco sobre a convivência comunitária de ajuda mútua.

São saberes silenciados e muitas vezes violentamente. Isso tem a ver com a própria tradição dos povos que vieram escravizados, que são sociedades do coletivo e do sagrado. A comunidade compartilhar valores comuns e nessas comunidades a roda, a circularidade – de forma fechada, um ao lado do outro, não impenetrável. Nesses locais esses papéis são muito importantes, e muitos deles eram vividos pelas mulheres. A parteira, a rezadeira, as pessoas que cuidavam da cura, em geral, antigamente, eram mais do que isso: eram líderes da comunidade. Foram vistas de fora como a parteira, a rezadeira, mas era líderes de sua comunidade. E líderes espirituais, políticas. Então as comunidades se organizavam em torno delas. Esse conhecimento era passado na experiência. Por exemplo, minha tataravó era parteira no Morro dos Cabritos. Ela fazia partos lá, mas também era rezadeira. Minha tia, neta dela, era rezadeira também, e foi iniciada na prática a partir dos sete, oito anos de idade, quando acompanhava minha tataravó nos partos e nas rezas.

Minha tia contava que ficava segurando velinha acesa e rezando o que tinha que rezar naquela hora para auxiliar no parto. Depois foi aprendendo outras coisas. A mãe dessa minha tia, minha avó, não era nem parteira, nem benzedeira, mas sabia tudo de plantas. Olhava para qualquer lugar que tivesse planta e dizia “esse é meu parque de diversão”. Ela sabia tudo, absolutamente tudo. O ensino-aprendizagem é basicamente vivenciando. Tem que viver aquilo, experimentar aquilo, e algumas daquelas pessoas vão ter um papel e outras vão ter outro papel nessa experiência. Isso tem a ver com a tradição, mas foi uma tradição muito útil para garantir que tenhamos aquilo até hoje. O SUS foi criado no século vinte. Mesmo assim não está servindo para nós até hoje. Se a gente dependesse dele não teria mais ninguém aqui. O que cuidava da nossa saúde? Essas técnicas e experiências. Eram e são muitas técnicas. Eu mesma, posso dizer, sou fruto dessa técnica, porque quando nasci, já nasci na maternidade pública. Já era Instituto Fernandes Figueira, no Morro dos Cabritos. E no momento do parto houve um acidente, e vocês sabem como é a medicina obstetrícia, ninguém contou para minha mãe o que estava acontecendo, mas foi algo importante e grave. E lá no Morro dos Cabritos, num terreiro de Umbanda, uma cabocla Jurema chama meu pai para dizer isso, na linguagem dela, que havia acontecido algo no meu parto e ela tinha salvado minha vida. Então meu pai decidiu me chamar de Jurema. Mas perceba, eu não entro no mérito se era verdade ou mentira, mas foi isso que me trouxe até aqui. Não foi o SUS, percebe? Essas coisas funcionavam para dar uma sensação de segurança, alívio, pertencimento, de tudo, para meu pai naquele momento. Saber que sua esposa e filha recém-nascida passaram por um momento difícil e foram acolhidas. E isso aconteceu muitas vezes. Havia os terreiros de Umbanda, as rezas espinhadela caída, e as garrafas, os remédios, os chás, além de muita experiência de terapias de ações de alívio das dores, sofrimento e de cura também. Isso trouxe a gente até aqui. Funciona. Funcionava. Só não é valorizado como medicina ocidental é. Mas que funcionava, funcionava, porque, se dependesse da medicina ocidental, não dava para nós. A presença do poder, e poder eurocêntrico continua ali. Retira de nós o que era nosso, e depois dá outro nome, faz, devolve de outra forma. Na verdade, vende. Por isso tanta gente se preocupa muito em fazer com que nós não percamos a conexão com a nossa tradição. Porque depois isso vai voltar para nós como produto, sem a nossa autoria. Isso acontece o tempo todo.

Como você analisa as políticas de saúde pública em relação à população negra? A questão da própria violência obstétrica, por exemplo.

Vou começar lembrando que a gente está há cento e trinta anos da abolição e há setenta anos da Declaração de Direitos Humanos, mas parece que o povo da saúde não leu. Nem a Lei Áurea, nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Saúde como um direito não chegou ao sistema de saúde de forma alguma. Então, a consequência é tratamento desigual, para usar um termo que os americanos usam. O que quero dizer com isso? Que o racismo existe e todo mundo sabe que ele existe, então ele vai participar do sistema de saúde. Nas ações de saúde, das políticas de saúde. Mas a gestão de saúde não considera sua obrigação eliminar o racismo que está lá, ou prevenir que ele provoque mais sofrimento, adoecimento e morte. A consequência disso a epidemiologia mostra: qualquer indicador a população negra está pior, e muito pior. E está pior porque existe um fator intrínseco da constituição negra que torna essa vulnerabilidade maior? Não. Muito pelo contrário. Nós estamos muito mais expostos às violências porque o racismo é violência, é exclusão. O estresse

continuado que não tem fim. É uma expropriação constante: falta de acesso ao que é mínimo e básico. Água limpa! Água limpa salvaria a vida de muita gente. O racismo faz com que as pessoas negras não tenham acesso à água limpa. Por exemplo, o Rio de Janeiro, CEDAE, uma empresa pública não consegue entregar água a todo mundo, e quando você vê quem tem água boa, logo descobre quem não tem. A consequência disso são piores indicadores de saúde para a população negra, em geral. Para as mulheres negras em particular, mas para os homens negros também. Pros jovens, crianças, todas as faixas etárias, de todas as identidades de gênero, os indicadores são piores. No entanto, alguns grupos vão experimentar isso de uma forma mais aguda. Pensando no conceito de interseccionalidade, que fala da experiência densa de viver diferentes eixos de subordinação do próprio corpo. As mulheres negras passam por isso de formas diferentes, como na mortalidade materna, por exemplo, de maneira aguda. Porque as mulheres negras apresentam taxa de mortalidade por parto ou aborto tão mais altas que as mulheres brancas dentro do mesmo sistema de saúde, com os mesmos profissionais e recursos? Porque alguma coisa está se interpondo nesse caminho de oferecer o que ela tem direito. E é o racismo. Mas não apenas o fato de ter profissionais racistas. Mas também de ter profissionais da gestão que, vendo essas informações, decide por não fazer nada, deixar que continue acontecendo. Ter racista não está sobre controle imediato do gestor, mas impedir que racismo produza sofrimento, dor e morte, está. Mas se deixa acontecer. A mesma coisa com pessoas LGBTQs. Sejam negras ou não. As pessoas LGBTQs são “invisíveis”, dizem. Mas todo mundo sabe, e todo mundo vê! Sabem aqueles que tem LGBTQfobia decidem não eliminar essas pessoas. Eliminar, não é que está invisível. Elas recebem uma carga enorme de violência dessas pessoas, porque estão sendo vistas, da mesma forma que nós, negros e negras, somos vistos. Nós não somos invisíveis. É porque somos vistas que somos atacadas. Mesma coisa a população LGBTQ no sistema de saúde. São vistas, nem que seja na ausência. Pegue qualquer boletim epidemiológico. Cadê a informação? Todo mundo sabe que existe mulheres lésbicas, homens gays, mulheres *trans*, mulheres bissexuais, todo tipo de gente. Pessoas intersexuais, pessoas não binárias. Tem tudo aí. Por que não se demonstra? Por que não se vai atrás delas? Se não estão passando pela porta, é porque há uma barreira. O direito dizia que elas deveriam entrar pela porta. Então se elas não estão entrando, tem alguma coisa errada. E essa coisa é responsabilidade de gestão, que está impedindo a entrada. Então as consequências são esses dados epidemiológicos. No caso da população negra levou-se anos brigando para o sistema de saúde começar a coletar esses dados, que são gritantemente desiguais, e silenciam sobre esse móbil mortalidade de determinada população. Silenciar é a expressão dessa violência, dessa exclusão, porque essas pessoas são reais: elas existem. E qual a consequência do ponto de vista dessas pessoas, como, por exemplo, uma mulher travesti? Tem uma barreira que se interpõe. Ela vai lá, não consegue entrar ou não é atendida com dignidade, e a consequência disso é que ela vai sempre ter uma relação com aquele serviço de desconfiança. Isso também vai agravar a situação de saúde dela. Vai agravar, porque, se por um milagre ela conseguir passar por uma consulta e ser atendida de nove às cinco horas, o que vai ouvir ali é tudo mediado por essas violências e esse reconhecimento da violência que ela está vivendo. Então, isso vai agravar a situação dela, porque a relação com a saúde é uma relação essencialmente de confiança. Se você não confia no profissional e no serviço da saúde, alguma coisa se quebrou ali. Mas a maioria não entre. E não entra porque não consegue. O sistema de saúde está desmoronando aqui no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro. As pessoas não conseguem entrar nem com a justiça, quem consegue recurso para recorrer à Justiça. A maioria não consegue nem isso. Vai morrendo. Ou seja, é essa tragédia, considerando cento e

trinta anos da abolição, setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É uma tragédia que uma hora tem que parar. Já passou da hora.

Pensando nesses efeitos da saúde e da violência aos corpos negros, você poderia falar um pouco sobre a campanha que foi organizada pela Anistia, *Jovem Negro Vivo*?

Quem teve uma participação importante nessa campanha foi o Átila Roque, que era o diretor da época, junto com a equipe que estava aqui. Eu não estava. Essa campanha começou em 2014, exatamente com a constatação de que jovens negros de favela e periferia são os que morrem pela violência da polícia, ou violência armada em geral. E qual o diferencial e o potencial dessa campanha? É que era a primeira vez que uma organização não negra estava falando sobre isso. Porque a população negra, as organizações e movimento negro já faziam denúncia sobre isso, em marchas contra o genocídio, nos estados, no município, nacionalmente, e até internacionalmente. A população negra já estava mobilizada denunciando essa tragédia. Mas eram só os negros. Então a Anistia Internacional ouviu essa denúncia e leva a sério, o que ajuda a mudar um pouco o patamar de visibilidade da denúncia. Alguns símbolos da campanha ainda estão aqui: esculturas de jovens negros que você não vê o rosto. Porque no início era “você se importa?”. Porque a população negra já vinha dizendo, e a curva de crescimento populacional já era conhecida. Na demografia, na epidemiologia, na sociologia. A partir de então a Anistia foi e vem fazendo ações para demonstrar e demandar das autoridades brasileiras ações efetivas em relação: para se extinguir essa epidemia de homicídios de jovens negros, tanto pela violência geral, pela armada, mas também pela polícia. E diga-se de passagem, a solução de homicídios pela política, em tese, é muito mais simples. Porque pela polícia, em serviço, você sabe quem é o assassino. Quais condições a pessoa foi assassinada, as medidas e informações para resolver esse problema para que ele não volte a acontecer. E o agente público, a autoridade pública, simplesmente deixa correndo. Então esse tema, da morte do assassinato de jovens negros em favelas e periferia no Brasil, é um tema muito claro e caro para a equipe da Anistia. E a equipe chegou à conclusão, com a metodologia da Anistia sendo cíclica – tem um objetivo, vai até ele, talvez lance outra campanha, talvez encerre aquele ciclo e vá para outra – de encerrarmos aquela campanha. Entregamos o manifesto, as assinaturas em Brasília, com as demandas, mas assumimos que é um tema permanente, porque esse é um problema, uma tragédia brasileira., De uma dimensão tão grande que não cabe no ciclo de uma campanha. E, ao mesmo tempo, também fazemos essa ação articulada com outros dois países da região: os Estados Unidos e a Jamaica, onde o assassinato de jovens negros e assassinato de jovens negros pela polícia é muito alto. Então temos envolvido essa ação articulada que, certamente, vai continuar. No Brasil parece, uma boa parte da sociedade brasileira naturaliza isso. Mas é uma tragédia gigantesca. Não é normal, não é bom para ninguém. Então por isso a gente está nesse assunto e vai continuar.

Pensando em sua trajetória na Anistia, você pode falar sua análise sobre campanhas importantes, o que pode melhorar, como fazer para aumentar a visibilidade das questões, quais desafios ainda precisam ser enfrentados?

Estou aqui há um ano e oito meses, e peguei “o bonde andando”. Minha trajetória é lidar com esse “bonde”, e colaborar para que possa seguir seu “trilho”. E que trilho é esse? Nós somos uma ONG. Somos um movimento. Nos definimos como movimento e nosso jeito de trabalhar é basicamente sabendo que tem gente “lá fora” que se importa. Sabendo que tem gente “lá fora” que quer fazer alguma coisa, mas não sabe como. Então, a nossa tarefa é ajudar as pessoas fazerem as mudanças que acham que precisam ser feitas. Minha trajetória por aqui ainda é curta, até para aprender o que é a Anistia, como é. Uma organização de sessenta e tantos anos toma um tempo. Então, meu compromisso aqui é tentar garantir que esse “bonde” que está no trilho possa continuar no trilho, cada vez aprimorando mais sua capacidade de comunicação com as pessoas, ouvindo e falando. E oferecer às pessoas que se importam, pessoas que querem mudar o Brasil e o mundo – já que não trabalhamos apenas com questões nacionais, estamos querendo ajudar a resolver a guerra na Síria, o problema das crianças encarceradas nos Estados Unidos porque cruzaram a fronteira, querendo resolver a perseguição à LGBTs na Rússia – formas de fazer tudo isso ao mesmo tempo, porque o mundo não está bom. Então, minha tarefa aqui é essa: colaborar para que todas e todos que estamos aqui, seja a equipe do escritório, sejam os e as ativistas que estão nos grupos pelo país, seja os apoiadores e doadores que estão pelo país, recebam o que procuram, que possam se engajar cada vez mais e melhor dentro de suas expectativas para lidar com a realidade, que está mudando de uma forma preocupante, e, ao mesmo tempo, a outra parte da minha trajetória é representar publicamente a Anistia, falar o que essas e esses apoiadores, doadores, ativistas, gente engajada, gente que movimenta a Anistia no Brasil, acham que precisa ser dito para o Brasil e para o mundo. Eu estou aqui para isso, e uma parte faço com a ajuda do Renato.

[A respeito do momento político do país, na importância de Marielle e seu trágico assassinato, como você avalia a situação do Brasil, quais são as fontes de força para a Anistia continuar seu trabalho?](#)

Vou começar por Marielle. O aviso de morte de pessoas negras no Brasil, de mulheres lésbicas no Brasil, de pessoas de favela no Brasil, já foi dado há muito tempo. Então você não recebe um recado, um telegrama, uma mensagem privada. A mensagem é coletiva. Na sociedade brasileira, pessoas negras, LGBT, de favela, são tratadas assim. Um dia estão, no outro podem ser mortas. A própria Marielle começou seu ativismo quando a amiga dela, de adolescência, foi morta numa troca de tiros dentro da favela. A amiga dela não recebeu um aviso. A sociedade brasileira não manda aviso, ou dá um aviso genérico: todo mundo já recebeu, ninguém está seguro. Aconteceu com ela. Esse “efeito Marielle”, com o crescimento de candidaturas de mulheres negras, é um efeito da luta das mulheres negras. Quando Marielle se jogou como candidata depois da marcha de mulheres negras, que levou cinquenta mil mulheres negras à Brasília, e reuniu milhões no resto do país para preparar a ida das cinquenta mil. Imagine, cinquenta mil mulheres negras. Você pode pensar “o Brasil tem tantas milhões de mulheres negras, cinquenta mil não é nada”, mas cinquenta mil pessoas destituídas de condição material, de apoio político externo, se movimento basicamente com o apoio de outras mulheres negras, chegar a cinquenta mil lá, foi um feito. Marielle se candidata exatamente depois. A luta das mulheres negras trouxe Marielle. Infelizmente naquele momento foi apenas uma. Mas no que matam Marielle, todas as outras foram atingidas, e todas se sentiram convocadas a darem uma resposta, e muitas delas resolveram responder eleitoralmente. Tiraram ela, mas tem mais. A gente sofre com a morte da Marielle todo dia. Nosso auditório se chama

Marielle Franco, porque muita gente aqui era próxima dela. Sofremos com a ausência, com a dor da família dela, de sua companheira, mas isso não é incomum. E essa é a tragédia. Além da tragédia de perdermos Marielle, que tinha aquele futuro brilhante pela frente, e ter perdido Anderson, que tinha uma família para cuidar, a tragédia é que isso já aconteceu outras vezes, e que a gente tem que lutar muito para que isso não aconteça de novo. A tragédia, se fosse só Marielle, já era gigantesca. Mas o pior é que é uma tragédia muito maior do que essa. Então eu queria chamar atenção a isso. Vocês perguntam “Como a gente navega nesse ambiente hostil?”, mas eu queria lembrar que é disso que é feito o ativismo. Quem é ativista navega em ambiente hostil. Olha para fora e diz “está ruim, está errado, não gostei. Não está certo, não é justo!”. Assim que as pessoas se movem. Vão para a luta porque não está bom. Às vezes é muito ruim. Esse é o trabalho da Anistia: quando fica difícil para a Amnistia, é porque ficou difícil para muita gente. Esse é nosso trabalho: achar um jeito de trabalhar quando está difícil. Achar um jeito de engajar pessoas para fazer a mudança que precisa ser feita por estar muito difícil. Não estou dizendo que vai ser um “piquenique na praça”. É delicado, tem coisas que a gente tem que fazer, cuidados que temos que tomar, pressões, o próprio medo. Mas é isso que a gente faz. Quando estiver tudo bom, vamos fazer outra coisa. É para que tudo fique bom. E só vai ficar bom porque está ruim. A Anistia não vai dar um passo para trás. Muito pelo contrário, isso faz a Anistia andar para frente, é isso que move a gente: precisa ficar bom. As pessoas que estão com medo agora precisam saber que, se lutar, vai mudar. Pode demorar mais ou menos, mas se lutar vai mudar. Está ruim lá fora, não só no Brasil. Mas é por isso que estamos aqui. Por isso queremos existir e lutar. Porque precisa ficar bom para todo mundo, é preciso que outras Marielles não se percam de uma forma tão dura e brutal. É preciso que as crianças dos Estados Unidos não sejam tiradas dos abrigos à noite, como aconteceu, de longe de seus pais, que eram encarceradas, tendo que caminhar em fila e em silêncio para irem às suas tendas, morar em tendas e lugares com campos de concentração e barracas. Imagina, mover crianças no meio da noite, em silêncio. É isso que acontece. É isso que está acontecendo no mundo. Está ruim mesmo. Isso não pode, e é por isso que a Anistia faz alguma coisa. E como a Anistia, tem muita gente. Nossa tarefa aqui é dizer para elas “é verdade, está acontecendo isso mesmo. Vou te dar todas as informações sobre isso, e vou te dar sugestão do que você pode fazer para se juntar com essas outras pessoas do Japão, Afeganistão, Holanda, Inglaterra; com todo mundo para fazer algo para mudar!”. E por que estou sendo tão enfática nesse momento? Porque me preocupa tanto medo. Nosso secretário geral acabou de falar na Assembleia Geral da ONU, citando Mandela, dizendo que a coragem não é ausência de medo, a coragem é o jeito de superá-lo. A gente não vai ser paralisado pelo medo, daremos um jeito de superá-lo, mesmo estando assustado. Quem não está? Mas é para isso que ficamos juntos, com coragem. Porque o medo não é sinônimo de paralisia. Medo é o caminho para encontrarmos a nossa coragem e prosseguir andando. Não tem jeito. Eu acho que essa é a chave: não tem que deixar “os caras” silenciarem a gente por medo.